

**RIO CUREQUETÊ: CAPTURA TERRITORIAL E ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO
NUMA FRONTEIRA AMAZÔNICA¹****CUREQUETÊ RIVER: DYNAMICS OF TERRITORIAL CAPTURE AND
ACCUMULATION BY DISPOSSESSION IN AN AMAZONIAN BORDERLAND****RÍO CUREQUETÊ: CAPTURA TERRITORIAL Y ACUMULACIÓN POR
DESPOSESIÓN EN UNA FRONTERA AMAZÓNICA****Marcelo Horta Messias Franco ²****INTRODUÇÃO**

A formação territorial brasileira, forjada sob a lógica de uma colônia de exploração, estruturou-se pela incorporação de territórios autônomos ao sistema mercantil, instaurando novas relações sociais dentro de uma lógica econômica hegemônica, expandindo continuamente as fronteiras de acumulação de capital.

Considerando que a própria delimitação política da Amazônia legal como região de desenvolvimento na organização territorial brasileira foi também uma expressão da continuidade do processo de ocupação e incorporação, tem-se a repetição de uma relação de dominação territorial com o mesmo viés militarista e autoritário, apesar de novas indumentárias.

De colonização tardia, em razão de suas características geográficas, a Amazônia teve o seu movimento de invasão europeia iniciado pela faixa litorânea

¹Resumo apresentado ao GT 7: Justiça e Conflitos Socioambientais na Amazônia. no VI Congresso Internacional DHJUS – Futuros Possíveis. Programa de Doutorado e Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça.

²Sociólogo. Doutorando do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (PPGG-UNIR); Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa. Docente de Sociologia no IFAM campus Lábrea. E-mail: marcelo.franco@ifam.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2387230391047975>; ORCID: 0000-0001-7078-0020.

e no estuário rio Amazonas, avançando para o interior, pelo curso de seus tributários, ocupação colonial que mais tarde se consolidou com a implementação de vias terrestres, rodovias nacionais que se consolidaram como os maiores vetores de supressão florestal.

Abrangendo atualmente cerca de 60% da extensão territorial do Brasil, esse vasto recorte geopolítico abriga o estado do Amazonas — a maior unidade da federação — e sintetiza, em suas dinâmicas contemporâneas, a permanência de algumas formas históricas de acumulação.

Harvey (2018), nesse sentido, explica a forma como o capitalismo organiza o espaço, um sistema de produção e de acumulação das riquezas que compreende a natureza como fonte inesgotável de recursos. A distribuição destes, no entanto, é desigual, e a crise ambiental se apresenta como um produto direto do sistema global de acumulação de riquezas.

O presente estudo, que compõe a pesquisa de doutorado em andamento, com o título provisório “Dominação territorial e dinâmicas socioespaciais na bacia hidrográfica do rio Ituxi, em Lábrea — sul do Amazonas”, examina as consequências do avanço da fronteira agropecuária sobre essa parte específica da Amazônia brasileira, uma espécie de “quintal” de espoliação de recursos naturais valiosos como madeira e terras públicas.

Nesse sentido é que, como estudo de caso, essa pesquisa visa ser elucidativa das dinâmicas territoriais em curso numa região que pode ser interpretada como “um outro país dentro do Brasil” (Loureiro, 2019, p. 197), dados os traços de colonialidade identificados na análise das relações de poder que permeiam as dinâmicas territoriais atuais.

Tendo como eixos metodológicos a análise documental e cartográfica, e as observações de campo ao longo dos anos de 2022 a 2025 na região sul do Estado do Amazonas, a pesquisa propõe a noção de “Captura Territorial”³ ao demonstrar

³ Proposta baseada no conceito geográfico de “território usado”, em que o território é concebido com base na sua historicidade. Ele é socialmente produzido, mas ele também abriga uma relação dialética (ou contraditória) entre as escalas da reprodução física e cultural local e a da dominação externa (Santos, 2005).

que o município de Porto Velho, pelos distritos localizados na região da Ponta do Abunã – zona em expansão pelo eixo da rodovia BR-364, tem invadido o território municipal de Lábrea, no estado vizinho do Amazonas, transformando radicalmente a paisagem local, levando também a sua influencia cultural.

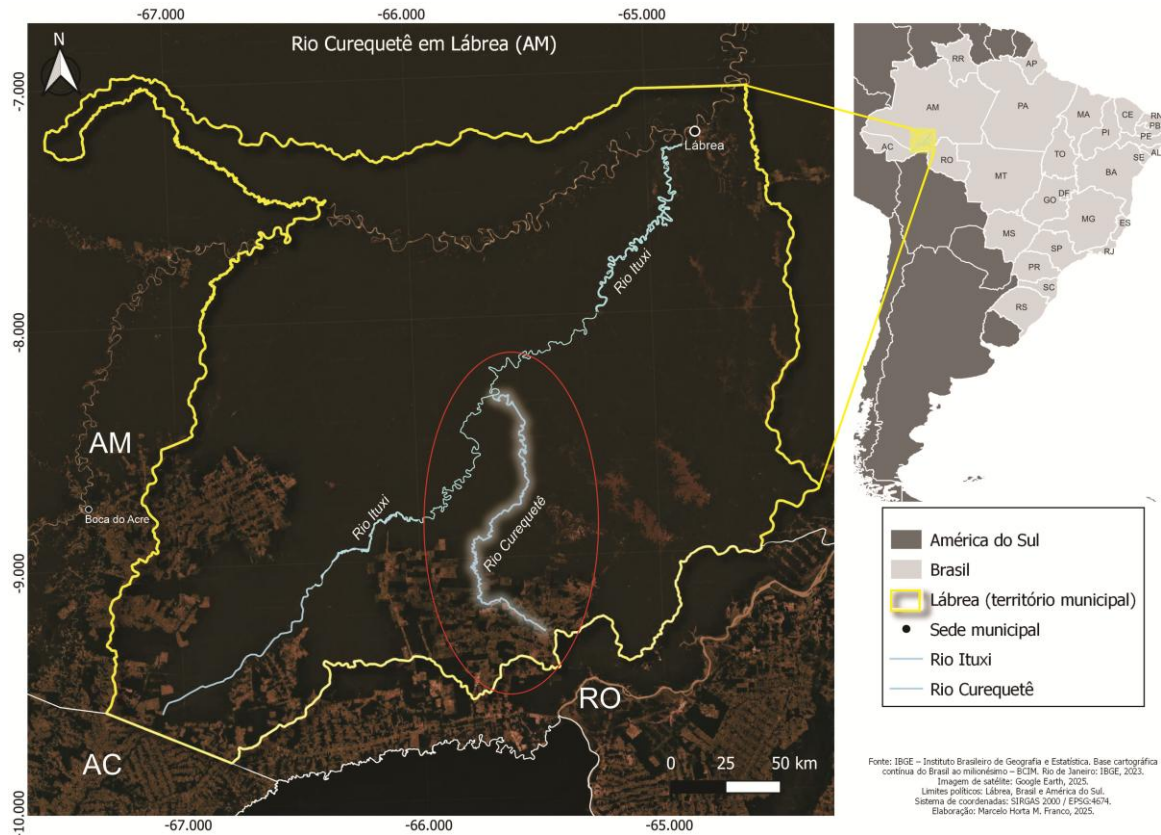
Nesse sentido o “território usado” na Amazônia sul-ocidental, é simultaneamente espaço de comando e de conflito, de integração e de exclusão. É o território do agronegócio globalizado, no qual o Estado vem cumprindo o papel de legitimar a dominação, mas também o dos povos e comunidades que resistem, afirmando outras racionalidades de uso, fundadas na reprodução social e na relação simbiótica com a floresta (Porto-Gonçalves, 2017).

DESENVOLVIMENTO

O rio Curequetê, recorte geográfico do estudo, se insere na bacia hidrográfica do rio Ituxi, um importante tributário do rio Purus. Ele corre na região mais acidentada da bacia, formando algumas cachoeiras no seu percurso. Localizado no sul do estado do Amazonas, o Curequetê constitui uma expressão contemporânea das dinâmicas de captura territorial e acumulação por espoliação que caracterizam as fronteiras amazônicas.

Metodologicamente, ao trazer a categoria “Bacia Hidrográfica”, e destacando um rio – o rio Curequetê, inserido no sistema da bacia hidrográfica do rio Ituxi⁴, que por sua vez é um rio muito importante dentro da rede hidrográfica do município de Lábrea, um município amazônico voltado para o rio Purus e originado em função deste, objetivamos privilegiar uma categoria geográfica que acreditamos dar conta de demonstrar impactos ambientais ocasionados por pressões em suas cabeceiras afetando todo o sistema hidrográfico, incluindo povos e comunidades tradicionais que ali vivem e dele dependem.

⁴ A tese de doutorado em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIR, com bolsa da CAPES também utiliza o recorte territorial de bacia hidrográfica em sua metodologia de análise.

Mapa 1: Localização da área do estudo.

Fonte: elaboração do autor (2025).

Inserido em uma região marcada pela intensificação das disputas fundiárias e pela expansão de atividades ligadas ao agronegócio, especificamente a pecuária extensiva e exploração madeireira, o rio Curequetê é símbolo da persistência do padrão histórico de apropriação de territórios autônomos e de subordinação dos modos tradicionais de uso da terra às lógicas de valorização do capital na Amazônia (Harvey, 2014; Loureiro, 2019).

A análise desse território permite compreender como antigas formas de colonização e novas estratégias de acumulação se combinam, reconfigurando o espaço amazônico e produzindo novas territorialidades sob o signo da espoliação.

Acumulação por espoliação: uma prática colonial permanente

Propondo uma atualização da perspectiva marxista, ao direcionar o seu foco analítico para a realidade econômica e social do mundo no século XXI, Harvey (2014) propõe o conceito de acumulação por espoliação, uma atualização histórica do conceito de acumulação primitiva desenvolvido por Marx (Marx, 2013).

O autor demonstra que as práticas de expropriação e desapossamento não se restringem às origens do capitalismo, mas permanecem estruturais à sua reprodução contemporânea.

Para Harvey (2014), nesse sentido, o capitalismo se sustenta por meio da incorporação contínua de novas fronteiras de exploração, uma vez que o seu mecanismo de funcionamento demanda constantemente novas fontes de matérias-primas, e busca a mão de obra barata, além de novos mercados consumidores para absorver o seu fabuloso volume de produção. São características que fazem com que o capital seja espacialmente expansionista.

O autor ressalta o papel crucial do Estado nesse processo. Possuidor do monopólio legítimo da violência, ele é o ente garantidor da reprodução ampliada do capital nos países, cumprindo um papel de regulador dos mercados, mas também abrindo caminho para todos os tipos de violações, como a expulsão de comunidades de seus territórios em nome do “interesse público” sob o discurso desenvolvimentista, a privatização de recursos naturais de importância coletiva, tais quais jazidas minerais localizadas em locais sagrados, dos mananciais de água potável em benefício de multinacionais, entre outras medidas e omissões perniciosas.

Harvey (2014, p.118) afirma, portanto, que esse tipo de acumulação que é a acumulação por espoliação continua moldando a geografia histórica do capitalismo, que tem na sua expansão geográfica a “solução externa” de sempre.

A Amazônia nesse contexto foi deixando de cumprir apenas o papel de fronteira de ocupação demográfica e agrícola sendo vista cada vez mais como a grande fronteira dos recursos naturais estratégicos, sendo objeto de disputas

geopolíticas em torno do controle, da conservação e do uso estratégico de seus bens naturais (Becker, 2009).

O processo acelerado de acumulação por espoliação, todavia, não necessariamente se dá pelas vias legais e com o respaldo estatal, de maneira que no “front de acumulação”⁵ ele ocorre como nos velhos tempos coloniais, ou seja, ele é capitaneado pelas organizações criminosas e fora da lei, para depois obterem o respaldo social, tudo em nome do “progresso” e do “desenvolvimento”.

Desmatamento e roubo de madeira no *front*

O desmatamento florestal constitui uma das expressões mais evidentes do processo de acumulação por espoliação. No modo capitalista de produção a “terra nua” tem um valor de mercado muito maior do que uma terra florestada, uma vez que ela é uma terra beneficiada, pronta para a implementação do rebanho bovino, para o plantio de soja, milho, algodão ou outra monocultura com valor de mercado vinculado às bolsas de valores no nível internacional (commodities), uma terra pronta para a instalação das benfeitorias de uma fazenda padrão.

No processo de incorporação das terras públicas da Amazônia ao mercado imobiliário, a retirada da madeira é, certamente, a etapa mais lucrativa para aqueles agentes que operam a grilagem e a espoliação. Nesse sentido, de acordo com Saraiva (2021), as quadrilhas de ladrões de toras de madeira em grande escala alcançaram um elevado grau de sofisticação e capacidade de infiltração em diversas esferas da sociedade — algo que foi possível, em grande parte, pela rápida capitalização desses grupos, conferindo-lhes expressivo poder econômico.

Em sua análise, o autor enfatiza a importância de alguns aspectos para a longevidade dos negócios ilícitos, tais como um eficiente processo de lavagem de dinheiro — que envolve a diversificação dos negócios do grupo empresarial de

⁵ Na mesma abordagem conceitual de fronteira proposta por Oliveira Filho (2023), na qual a fronteira se assimila a um front de guerra. Numa guerra, portanto, as leis não são respeitadas e se vivencia todo o tipo de violações. A alteridade, nesse contexto é construída sobre a lógica do inimigo interno a ser combatido.

fachada —, o poder de intimidação, capaz de silenciar adversários, e a divisão territorial de atuação, exatamente como agem os cartéis do tráfico de drogas, uma vez que “cada qual sabe exatamente, de antemão, onde (e até mesmo quando) agir” (Saraiva, 2021, p. 89-90).

Estudo liderado pelo Greenpeace (2020) sobre a Gleba João Bento — área pública não destinada de aproximadamente 295 000 hectares, localizada na região do rio Curequetê — apurou, por meio da análise de imagens de satélite e de trabalho de campo, que entre os anos de 2019 e 2021 houve desmatamento em mais de 30% de sua cobertura florestal.

O rastreamento da madeira clandestina proveniente do sul de Lábrea, realizado pela organização também indicou que as toras extraídas da Gleba João Bento são comercializadas com madeiras do distrito de Vista Alegre do Abunã em Porto Velho (RO), sendo que parte dessa madeira é exportada para países como Portugal, Bélgica e França, via porto de Manaus (Greenpeace, 2022, p. 11).

Quanto às elevadas taxas de desmatamento na região, dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) apontaram que, em 2022, 3.047,68 quilômetros quadrados de florestas foram derrubados em todo o estado do Amazonas. O município de Lábrea, responsável pela devastação de 699,59 quilômetros quadrados, participou de 23% desse total, uma fatia considerável.

Já o recorte das taxas de desmatamento acumuladas entre 2010 e 2022, considerando apenas o município de Lábrea, indica que 3.905,7 quilômetros quadrados de florestas foram derrubados no território municipal ao longo de 12 anos (INPE/PRODES, 2024).

O desmatamento em Lábrea ocorre sobretudo nas partes sul e sudoeste de seu vasto território (com 68.262,68 km² de extensão, Lábrea é o décimo maior município do Brasil) justamente na área sob influência da rodovia BR-364, entre as capitais Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC) o eixo principal de uma área de desenvolvimento que vem sendo batizada de “AMACRO”, uma junção entre as abreviaturas dos nomes dos três estados - Amazonas, Acre e Rondônia, a qual

também é marcada pela violência agrária, além de concentrar um extraordinário rebanho bovino⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise territorial sobre a bacia hidrográfica do rio Curequetê evidencia que o avanço da fronteira agropecuária não representa apenas uma etapa do desenvolvimento regional, mas antes um capítulo da reprodução ampliada do capital na Amazônia, o qual é destrutivo para o Meio Ambiente e violador dos direitos humanos.

A acumulação por espoliação, conforme propõe Harvey, manifesta-se pela apropriação privada de terras públicas, pela exploração intensiva dos recursos naturais e pela subordinação dos modos de vida locais às lógicas do mercado. Nesse sentido, a fronteira amazônica se reafirma como um espaço de contradições, onde a racionalidade econômica global se impõe sobre os territórios da floresta e sobre os sujeitos que os habitam.

Compreender essas dinâmicas é fundamental para desvelar a permanência de práticas coloniais no interior do capitalismo contemporâneo e, ao mesmo tempo, para fortalecer alternativas territoriais que reconheçam a Amazônia não como fronteira de recursos, mas como território de direitos, de resistências e de possibilidades civilizatórias.

Palavras-chave: Fronteira amazônica; Espoliação territorial; Dinâmicas de acumulação; Conflitos socioambientais; Amazônia brasileira.

⁶ Quanto à AMACRO e os temas da violência agrária e expansão da atividade da pecuária na região, o Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia – GTGA da Universidade Federal de Rondônia vem publicando nos últimos anos relevantes estudos e reflexões atuais os quais podem ser acessados na página: <https://gtga.unir.br/pagina/exibir/9501>.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, 172 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Áreas territoriais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=o-que-e> Acesso em: 26 out. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **PRODES – Amazônia: Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite**. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em: 23 out. 2024.

GREENPEACE. **A história da Gleba João Bento**. São Paulo: Greenpeace Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/static/planet4-brasil-stateless/2022/02/704ae4c9-a-historia-da-gleba-joao-bento-greenpeace-alt1.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2025.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. 8ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LOUREIRO, V. R. Amazônia: da dependência a uma nova situação colonial. In: CASTRO, E. (org.) **Pensamento crítico latino-americano: reflexões sobre política e fronteiras**. São Paulo: Annablume, 2019. p.197-224.

Loureiro, V. R. 2022. **Amazônia, colônia do Brasil**. Manaus: Editora Valer.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital [1867] (trad. Rubens Enderle). São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA FILHO, J. P. de. **A invenção do inimigo: a fronteira como ferramenta analítica para uma pesquisa transdisciplinar**. Conferência e Mesa-Redonda. Conferencista: João Pacheco de Oliveira Filho. Comentador: Antônio Cláudio Barbosa Rabello. Mediador: Rogério Sávio Link. Departamento Acadêmico de História - UNIR PVH, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TJ9W31fgaJw>. Acesso em: 23 abr. 2025.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: uma contribuição para a ecologia política da região, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 107, p. 63-90, 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SANTOS, M. O retorno do território. En: OSAL: **Observatorio Social de América Latina**. Año 6, no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. ISSN 1515-3282. p. 257–258.

SARAIVA, A. S. A atuação de organizações criminosas na exploração ilegal de madeira como principal vetor do desmatamento da Amazônia. 2021. 267 f. **Tese** (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, 2021.